O futuro incerto do Inep

Simon Schwartzman

O Estado de São Paulo, 25 de maio, 2003

Sem ele vai ser difícil transformar em realidade a prioridade de Lula à educação

Criado por Lourenço Filho, em 1937, como o primeiro centro de pesquisas educacionais no Brasil, o Inep passou por altos e baixos ao longo destes anos, chegou a ser extinto no governo Collor, depois foi ressuscitado e atingiu seu apogeu na gestão de Maria Helena Guimarães Castro, no governo Fernando Henrique Cardoso. Nos últimos anos, o Inep transformou-se na principal fonte de informações estatísticas sobre o ensino brasileiro em todos os níveis, no executor das principais avaliações do ensino brasileiro - o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos (Provão) - e em uma importante fonte de estudos e análises sobre as condições da educação brasileira.

Faltou, no entanto, institucionalização. Com poucos recursos orçamentários, muitas das atividades do Inep eram financiadas com recursos de projetos e financiamentos internacionais; seus principais técnicos tinham contratos precários. Além disto, como órgão de avaliação e de pesquisa, ele nunca deixou de ser uma repartição pública, sem independência formal, e sujeito, portanto, aos ditames do ministro da área - situação anômala que compartia, e ainda comparte, com outros importantes órgãos de pesquisa social no País, como o IBGE e o Ipea.

Com o governo Lula, a maioria dos técnicos foi afastada e muitas atividades, descontinuadas. Os novos responsáveis, até agora, deram continuidade às principais atividades - incluindo o Enem e o Saeb -, ao mesmo tempo em que abriam uma discussão sobre os sistemas de avaliação existentes. É sempre bom discutir, porque nenhuma

avaliação é perfeita, e é sempre necessário encontrar um equilíbrio adequado entre o que elas produzem de bom e os problemas que podem trazer. O que não se pode é, em nome da discussão, voltar atrás no que já foi conseguido.

Uma das funções mais importantes das avaliações, que foi a que o Inep mais desenvolveu até aqui, é a de informar a sociedade - incluindo a imprensa, os pesquisadores, os estudantes e suas famílias, o mercado de trabalho e o próprio governo - a respeito da qualidade alcançada pelos cursos em todos os níveis. O Saeb permite saber em que Estados a educação básica está melhorando ou piorando; o Enem permite comparar o desempenho do ensino médio e dá um padrão nacional de referência para os alunos terminando o ensino médio; o Provão indica quais são os cursos superiores de melhor qualidade, quem está no meio do caminho e quais são os inaceitáveis. Para o estudante que precisa escolher um curso, e para um governante que precisa saber onde colocar seu dinheiro ou cobrar resultados, comparações são essenciais, ainda que possam ser desagradáveis para alguns. Infelizmente, vários dos documentos que o Inep tem feito circular recentemente se colocam contra qualquer tipo de comparação e, pior ainda, contra qualquer vinculação entre resultados de avaliação e investimentos públicos. Segundo alguns autores, comparações seriam expressão de um "produtivismo" incompatível com a nobreza do ensino e da pesquisa e o primeiro passo na mercantilização e privatização do ensino - determinados, em última análise, pela globalização e pelo Consenso de Washington. Na verdade, é exatamente o contrário: uma das importantes funções da avaliação externa e das comparações é, justamente, impedir que as instituições sejam apropriadas como se fossem suas pelas corporações que circunstancialmente as ocupam, livres dos olhos curiosos da sociedade.

Outra função das avaliações, que o Inep desenvolveu pouco até aqui, é ajudar os cursos e instituições a identificar seus problemas e trabalhar para melhorar seu desempenho. É um trabalho complexo, que requer a combinação de avaliadores internos e externos, trabalho quantitativo e qualitativo, e corre o risco de fracassar quando não existem critérios claros que se possam contrapor à inércia natural das instituições. O Ministério da Educação tem uma experiência questionável nesse sentido, o antigo programa de avaliação institucional das universidades (Paiub), pelo qual o ministério financiava projetos de auto-avaliação

solicitados pelas universidades. Cerca de 150 instituições receberam recursos para isso até entre 1994 e 1997, e não se têm notícias dos resultados práticos de todo esse trabalho.

A terceira função importante das avaliações é a pesquisa. Graças aos dados disponíveis, é possível conhecer os fatores que influenciam os resultados obtidos pelos cursos e instituições e desenhar melhores políticas. É possível saber, por exemplo, a importância relativa da condição socioeconômica do aluno, dos salários e da formação dos professores e do acesso a computadores e outros equipamentos escolares sobre a aprendizagem.

Sem isso é fácil desperdiçar recursos públicos em prioridades equivocadas.

Muitos trabalhos nessa linha foram desenvolvidos por iniciativa ou solicitação do Inep, ainda que tenha faltado uma política clara de abertura das informações para a comunidade de estudiosos e analistas. Essas análises estatísticas são insubstituíveis, devem ser complementadas por estudos qualitativos e bem focalizados, e este não pode ser um trabalho feito exclusivamente dentro dos muros do Ministério e das Secretarias da Educação.

O caminho desejável para o Inep parece claro. Ele precisa institucionalizar-se, ganhando autonomia e deixando de ser uma simples repartição do Ministério da Educação. Precisa de um quadro técnico de especialistas bem capacitados e não pode ser capturado pelas corporações sindicais e profissionais. As avaliações devem continuar e se aprofundar, sem medo de comparações e critérios claros de qualidade. O instituto dever ser capaz de fazer as pesquisas de que o governo necessita, mas, sobretudo, deve ser uma fonte de apoio à pesquisa educacional de qualidade, realizada por pesquisadores independentes, pondo seus dados à disposição dos estudiosos e financiando seus trabalhos de forma transparente, por critérios estritos de qualidade e competência.

O governo Lula tem insistido, muito justamente, na prioridade que tem a educação. Sem o Inep vai ser muito difícil transformar essa prioridade em realidade.